

RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.792 - SP (2015/0112849-5)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : ARAE COLLACO DE BARROS VELLOSO
ADVOGADO : ARAE COLLACO DE BARROS VELLOSO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP084063
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF - PR0000000F
INTERES. : NETA SILVERIO CARLOS
ADVOGADO : ARAE COLLACO DE BARROS VELLOSO - SP084063

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RESERVA DE HONORÁRIOS. PODER GERAL DE CAUTELA. POSSIBILIDADE. OBJETIVO DE EVITAR DANO À PARTE. PARTICULARIDADES DO PROCESSO. RESERVA DE HONORÁRIOS. REDUÇÃO DO PERCENTUAL. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ CONTRATUAL. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por ARAE COLLAÇO DE BARROS VELLOSO com base na alínea *a*, do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, objetivando a reforma do acórdão do Tribunal Regional Federal da 3a. Região, assim ementado:

AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. DESTAQUE DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CÁUSULA ABUSIVA. INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. APLICABILIDADE DO ART. 557 DO CPC.

1. A decisão atacada por meio do agravo de instrumento determinou à parte autora a apresentação de procuração atualizada outorgada ao seu patrono, a fim de possibilitar o destaque dos honorários advocatícios contratuais.

2. A determinação decorre da cautela do julgador ao apreciar pedidos dos patronos de destaque dos honorários contratuais na execução, inexistindo risco de lesão grave e de difícil reparação oriundo da referida medida.

3. A pretensão do patrono no agravo de instrumento também encontra óbice na abusividade do contrato de honorários firmado com a parte autora, no qual foi fixado o percentual de 50% das parcelas em atraso a ser destinado ao causídico na hipótese de procedência do pedido. Trata-se de

montante excessivo, considerando os limites estabelecidos pela Ordem dos Advogados do Brasil para as demandas previdenciárias e o entendimento firmado por esta E. Corte, no sentido que se afigura razoável a fixação dos honorários contratuais até o equivalente a 30% sobre o valor da condenação.

4. O juiz não está adstrito às alegações das partes. Descabida a alegação de julgamento "extra petita".

5. Aplicável o art. 557 do CPC, inexistindo qualquer ilegalidade ou abuso de poder.

6. Agravo improvido.

2. Em Apelo Especial, sustenta o agravante que o acórdão recorrido viola o art. 22 da Lei 8.906/1994, pugnando que seja determinada a reserva de honorários como fixado em contrato, independentemente de que se promova diligências satisfatórias. Alega, ainda, que configura julgamento *extra petita* a limitação do percentual dos honorários.

3. É o relatório.

4. Esta Corte admite que o Magistrado pode determinar às partes que apresentem documentos necessários ao regular processamento do feito, em observância ao poder geral de cautela, quando as particularidades do processo exigirem.

5. Confirmam-se, a propósito, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. LEVANTAMENTO DE VALORES. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE PROCURAÇÕES ATUALIZADAS. DEMANDA TRINTENÁRIA. GRANDE NÚMERO DE AUTORES. SITUAÇÃO EXCEPCIONAL QUE JUSTIFICA A CAUTELA.

1. *Esta Corte é firme no sentido de que o magistrado pode determinar às partes que apresentem instrumentos de procurações mais recentes do que os presentes nos autos, em observância ao poder geral de cautela, quando a razoabilidade diante do tempo percorrido assim determinar.*

2. *Precedentes: AgRg no REsp 873.296/SP, Rel.*

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 23/02/2010, DJe 15/03/2010; entre outros.

3. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no RMS 20.819/SP, Rel. Min. VASCO DELLA GIUSTINA, DJe 10.5.2012).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXIGIBILIDADE DE PROCURAÇÃO MAIS RECENTE PARA O LEVANTAMENTO DE NUMERÁRIO - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ.

1. *É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o magistrado, seja em razão do poder geral de cautela, seja em função do poder de direção formal e material do processo que lhe é conferido, pode exigir a apresentação de instrumento de procuração mais recente, sobretudo quando se trata do levantamento de numerário, pois, assim agindo, estará salvaguardando os interesses da parte representada.*

2. *Agravo regimental não provido (AgRg no Ag 1.222.338/DF, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 8.4.2010).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. ATUALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECIAIS. PODER GERAL DE CAUTELA. POSSIBILIDADE. OBJETIVO DE EVITAR DANO À PARTE. LONGO PERÍODO DECORRIDO ENTRE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO E O LEVANTAMENTO DO DEPÓSITO NA EXECUÇÃO.

1. *O magistrado, com base no poder geral de cautela e havendo suspeita ou indícios de que a parte outorgante não esteja ciente do andamento processual, poderá determinar a atualização de procuração com poderes especiais para receber e dar quitação.*

2. *Não há nenhum prejuízo no cumprimento dessa diligência para o advogado que atua regularmente, pois constitui seu dever informar à parte outorgante do andamento do processo, bem como esclarecer dúvidas relativas à demanda. Tal medida, ademais, visa resguardar o próprio direito da parte.*

3. *Desse modo, entendo não haver violação ao artigo 38 do CPC e aos artigos 934, 1.288 e 1.295 do Código Civil, porquanto há de prevalecer in casu os artigos 798 e 799 do CPC.*

4. *Recurso especial não provido (REsp.*

830.158/MG, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 23.4.2009).

6. Nestes termos, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência desta Corte, não há que se falar em reparos.

7. No mais, quanto à redução dos honorários, a Corte de origem dirimiu a questão nos seguintes termos:

Ademais, não há que se falar em julgamento "extra petita", uma vez que não houve nenhuma determinação na decisão agravada a respeito do percentual dos honorários, apenas foi mencionado como fundamento para indeferir a pretensão deduzida pelo recorrente no agravo de instrumento.

8. Contudo esse fundamento autônomo e suficiente à manutenção do aresto recorrido não foi impugnado nas razões do Recurso Especial, que limita-se a tratar da questão contratual, rechaçada pela Corte de origem por ofensa ao princípio da boa-fé, permanecendo, portanto, incólume. Dessa forma, aplicável, na espécie, por analogia, a Súmula 283 do STF.

9. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial do Particular.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR